



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Marcon - PT/RS

CPI - FUNAI E INCRA 2

REQUERIMENTO Nº

24/2016

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR A ATUAÇÃO DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI) E DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA) NA DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS E DE REMANESCENTES DE QUILOMBOS - CPI FUNAI e INCRA 2

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2016.
(Do Sr. Dep. Marcon)

| | |
|-----------------------|-------|
| CPI - Funai e Incra 2 | |
| RECEBIDO | |
| Em 30/11/16, às 16:11 | |
| | |
| Assinatura | Ponto |

Requeremos, com fundamento no § 3º do art. 58 da Constituição Federal combinado com o artigo 2º da Lei 1.579/52 e a Lei Complementar nº105/2001 a solicitação por esta CPI da requisição de transferência do SIGILO BANCÁRIO, FISCAL e TELEFONICO do Sr. Edward Mantoanelli Luz CPF [REDAZIDO]. Requer ainda que os dados referentes à transferência dos sigilos bancário e fiscal, sejam enviados da seguinte forma e com os seguintes conteúdos:

Senhor Presidente,

Nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal combinado com o artigo 2º da Lei 1.579/52 e a Lei Complementar nº105/2001 e do regimento da Câmara dos Deputados, requeremos que seja submetido ao plenário desta CPI, o pedido de requisição da transferência do sigilo bancário, fiscal e telefônico Sr. Edward Mantoanelli Luz CPF [REDAZIDO], entre o período de 1 de janeiro de 2010 a 31 de outubro de 2016, em formato digital, em mídias eletrônicas (CD ou DVD), com o seguinte conteúdo:

- a. Receita federal do Brasil
 - a. As declarações de imposto de renda da pessoa física
 - b. Extratos, informações cadastrais da pessoa física, Cadin, ações fiscais, entradas e saídas e dados da conta corrente da pessoa física.
 - c. Dados complementares e documentos de suporte probatório relativo ao período solicitado





A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - Para concluir, Sr. Presidente. E as terras foram demarcadas pelos próprios índios. Custou muito menos do

que custaria se fosse contratada uma grande empresa para fazer toda a medição, enfim, o trabalho. Os próprios índios de outras etnias dentro do Estado vieram trabalhar na demarcação e tiveram uma renda extra.

Então, eu tive oportunidade de constatar que foi muito boa a aplicação do recurso que a GTZ colocou para demarcação da terra indígena do povo waiãpi no Amapá.

O SR. EDWARD MANTOANELLI LUZ - Obrigado, Deputada, pelas perguntas que a senhora me faz. Eu nunca fui assessor pessoal do Parlamentar Paulo César Quartiero, nunca tive vínculo empregatício com ele nem com ninguém ligado ao partido dele, ninguém de Roraima. Tenho contato verbal, contato telefônico, às vezes, não só com ele, mas com outros Parlamentares que manifestam interesse no material que eu venho produzindo pela sinceridade, honestidade e qualidade dos dados que eu ofereço. É fato, nem todos os dados que eu ofereço aqui foram devidamente fundamentados, citando as fontes e tudo o mais. Mas, basicamente, isso não aconteceu por conta do tempo exíguo que temos aqui. Com relação aos mapas, de fato eles não estavam na escala, não havia uma escala, eles eram ilustrativos. Mas eu tenho certeza absoluta acerca da essência do questionamento, acerca da essência das fraudes que foram aplicadas — algumas não foram ainda comprovadas, mas há fortes evidências —, eu tenho certeza de que a CPI poderá investigar a qualidade das denúncias já feitas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Deputada Janete Capiberibe, satisfeita com a resposta?

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - Não estou satisfeita. Eu quero finalizar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Por favor.

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - Eu gostaria de solicitar do inquirido que encaminhasse a esta CPI as provas materiais das afirmações que fez aqui.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Pois não.

Primeiro, quero dizer que eu estou bastante chocado com esta sessão, porque realmente votei pelo convite ou convocação — não lembro bem — do convidado, mas creio que a contribuição que ele tem a dar é bem pequena, praticamente nula, porque nós estamos aqui falando de temas sérios, complexos, e é o mesmo que eu querer questionar a Sociedade Brasileira de Cirurgia trazendo um médico que questiona a sua direção para questionar todos os laudos e cirurgias realizadas no País. Isso aqui é coisa séria.

Afirmar, digamos, que há financiamento imperialista é realmente uma brincadeira, porque nós sabemos que, especialmente alguns Deputados, como o





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Marcon - PT/RS

Deputado Luis Carlos Heinze, que é um liberal, totalmente conivente com o sistema da dívida e com a intervenção do grande capital no Brasil...

Eu, que sou um crítico do imperialismo, quero ter informações concretas. Hoje, da tribuna, denunciei madeireiros. Aliás, a Jari, citada aqui, outras grandes empresas madeireiras, algumas empresas que faturam até 28 milhões, sendo que oitenta e poucos por cento da madeira comercializada internacionalmente têm legitimidade falsa, atestados falsos, uma fraude que envolveu Justiça, Ministério Público Federal e outros.

Então, vejam bem, pode ou não pode ser de ONG? Porque me parece que a Missão Novas Tribos do Brasil, que, aliás, foi acusada de genocídio pela FUNAI em 1991 por entrar para catequizar os índios Zo'ê, isolados, e 30% do povo acabou morrendo.

Essa organização não governamental pode e outras não podem? Parece-me que o depoente aqui — não sei, porque palestrante não é — dirige, inclusive, a ONG herdada do seu pai, que também era missionário. Nada contra os missionários. Aliás, viva a memória do meu pai, da minha mãe e dos meus avós, evangélicos, por quem tenho maior carinho e respeito e os amo.

Há uma situação séria: o cidadão convidado afirma que avalizou um laudo fraudulento. Isso é sério para nós. Há de responder por isso, porque ele diz: "Não eram índios. Ainda assim eu disse que eles mereciam ter suas terras demarcadas."

Tem outra coisa: a Justiça, numa sentença assinada na 6ª Vara de Florianópolis, foi taxativa ao dizer que o laudo do cidadão não tem base científica, antropológica.

O tempo é muito curto, infelizmente, e não dá para ler, mas tenho aqui para quem quiser ler, um fato específico ocorrido no sul do Pará. Eu teria uma série de outras observações...

O SR. DEPUTADO BETO FARO - Ninguém é ético para poder fazer isso.

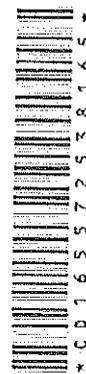
Eu queria, inclusive, entender quem é que efetivamente banca o depoente, de onde vem o salário, quem são as empresas ou as instituições que fazem com que ele fique fazendo laudos no Brasil inteiro, até porque ele questiona sempre os outros a respeito disso. Queria saber como é que a sua ONG é bancada, inclusive.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não, não é uma pergunta. Eu compreendo a argumentação dos Srs. Parlamentares, mas não entendo que a pessoa que foi convocada ou convidada para estar aqui seja obrigada a ouvir ofensas ao seu trabalho sem responder. Eu acho que é realmente uma coisa...

O SR. DEPUTADO MARCON - Sr. Presidente, ele não vai responder.

O SR. DEPUTADO BETO FARO - E agora eu tenho que falar o que você quer? Eu estou fazendo ofensa aqui?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Não, não, não. Eu estou sem responder... Mas, como V.Exa. não fez questionamentos, ele vai poder falar ao final. Queria passar imediatamente a palavra ao Deputado Mandetta. (Pausa.) Como S.Exa. não





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Marcon - PT/RS

está presente, passo a palavra ao Deputado Dilceu Sperafico. Por favor, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO DILCEU SPERAFICO - Sr. Presidente, Deputados, eu quero ser rápido. Eu só quero uma resposta bem clara...

O SR. DEPUTADO BETO FARO - Desculpe-me, Deputado, mas eu levantei uma questão sobre como a entidade dele, a ONG, é bancada ou como ele é bancado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Se o senhor fez com pergunta, ele pode perfeitamente responder.

Peço ao Deputado Dilceu Sperafico que espere para que o Sr. Edward Mantoanelli Luz responda. O senhor tem o tempo necessário para responder os questionamentos do Deputado Beto Faro.

O SR. EDWARD MANTOANELLI LUZ - Bom, não é uma ONG, é uma empresa de consultoria. Eu trabalho com a tabela de valores praticada pelo Ministério Público Federal. Eu ofereço meus serviços a qualquer cidadão brasileiro, seja ele produtor, seja ele urbano, seja ele comunidade ribeirinha, que se sinta ameaçado, ofendido ou prejudicado por uma ação estatal. Eu avalio se houve algum tipo de exagero, algum tipo de fraude ou algo que ultrapassou a compressão constitucional sobre a ocupação territorial indígena, sobre a ocupação permanente, segundo minha consciência científica, segundo a minha consciência da compreensão dos fatos reais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Com a palavra o Deputado Dilceu Sperafico.

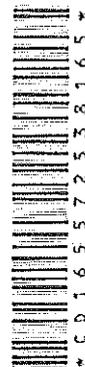
O SR. DEPUTADO BETO FARO - Não tem réplica? Não posso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Ele respondeu sua pergunta.

O SR. DEPUTADO BETO FARO - Mas eu não estou me sentindo satisfeito. O SR. PRESIDENTE (Deputado Alceu Moreira) - Mas, por favor, o senhor tem direito. Se o senhor sentiu que não foi respondido, pode replicar. É bom esclarecer. Se o senhor não se sentiu respondido, por favor, pode falar.

O SR. DEPUTADO BETO FARO - Olha, primeiro, Deputado Presidente, aqui há uma tese de que todos os outros antropólogos estão errados e ele é o único certo. Seria bom até raciocinar. Parece-me que ele é muito ruim de convencimento, porque não conseguiu convencer nenhum antropólogo da sua teoria até hoje. O restante todo está contra você.

O SR. EDWARD MANTOANELLI LUZ - Isso é fato.





O SR. DEPUTADO BETO FARO - Acho que também, além de pensar que está absolutamente correto, é muito pretensioso. Além de ser pretensioso, é muito ruim de argumentação.

Segundo, eu quero saber, Sr. Presidente, se vou poder ver — porque eu vou querer — esses contratos feitos com a ONG ou com a empresa dele aqui, o escritório, ou com quem for, para podermos ver quem de fato tem sido o financiado. Gostaria de saber se posso pedir aqui ou se vou ter que tratar disso em um requerimento numa reunião posterior desta Comissão, porque eu quero obter essas informações.

Aqui, o que me parece é que há um discurso muito bem articulado, organizado, para defender uma única posição. Não há erro na sua tese. Todas as outras áreas foram demarcadas de forma errada, todo mundo foi levado a erro.

O senhor disse aqui que o Supremo não tinha perspicácia para poder ver que o laudo estava errado, que o Ministério Público não tinha isso para poder perceber, enfim, que todo mundo foi enganado. Ora, será que há um antropólogo que consegue enganar todo mundo no restante do Brasil ou que os países não são sérios, como você mesmo refletiu?

Eu queria que o senhor dissesse quais são os países que o senhor acha que são sérios.

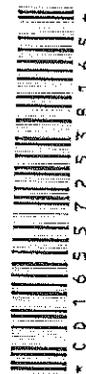
O SR. DEPUTADO MARCON - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o que deixam transparecer aqui o palestrante e alguns Deputados é que índio não pode vir do Equador, não pode vir do Peru, não pode vir desses países, mas podem vir outros de outros países para explorar o povo brasileiro. Índio não pode. (Palmas.) E nós sabemos da história dos índios, do porquê eles foram parar no Paraguai, no Uruguai, na Bolívia, no Peru, e assim por diante. Então, eu só quis fazer esse comentário.

Agora, Sr. Presidente, eu vou fazer as perguntas pelo meu Regimento Interno e quero que o palestrante me responda. Qual é a sua relação com a área indígena Morro dos Cavalos, em Santa Catarina?

O SR. EDWARD MANTOANELLI LUZ - Bom, eu já informei. Eu fui contratado pela FATMA — Fundação de Amparo Tecnológico ao Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina e realizei pesquisas na região entre dezembro de 2013 e início de 2014.

O SR. DEPUTADO MARCON - Sr. Presidente, vou solicitar que ele envie esse contrato para cá, para conhecimento desta Comissão.

O SR. EDWARD MANTOANELLI LUZ - Claro, perfeitamente.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Marcon - PT/RS

Como se constata nas repostas apresentadas pelo depoente não fica claro qual a motivação dele para realizar os contra laudos de demarcação de terras indígenas e a que interesse ele está representando. Também se tem conhecimento das suas visitas em assembleias legislativas se colocando a disposição de trabalhar e até de sugerir a criação de CPIs para investigar as demarcações de Terras Indígenas, como ficou registrado na correspondência enviada a Deputada Estadual do Estado de Santa Catarina Luciane Carmanatti, como registramos a seguir:

Prezada Santina,

Conforme o combinado pelo telefone, segue o email com o pedido de audiência com a Dep. Luciane Carminatti.

OBS: Solicito confirmação do recebimento do email com o seu anexo.

Att, Edward M. Luz. Antropólogo Consultor

Exma Sra. Luciane Carminatti, Dep. Estadual de Santa Catarina

Eu, Edward M. Luz cidadão brasileiro, (RG 3615098-SSP-GO), Antropólogo Social, tendo a oportunidade de permanecer alguns dias da semana que vem na região metropolitana de Florianópolis, venho por meio desta solicitar audiência com V. Exa Dep. Luciane Carminatti, para que, havendo interesse da Deputada, possa nesta ocasião apresentar material (textos, artigos e reportagens) que sustente e consolide minha sugestão e solicitação a instalação de necessária e obrigatória Comissão Parlamentar de Inquérito do Indigenismo no Estado de SC nesta respeitosa Assembleia Legislativa de Santa Catarina, como intuito de:

- a) investigar as ações fraudulentas, manipuladoras e questionáveis destas organizações e instituições envolvidas (ONGs, FUNAI e UFSC),
- b) investigar a expansão fraudulenta, inadequada e condenável do movimento indígena no estado de Santa Catarina, avaliando também
- c) os efeitos danosos e impactos deletérios desta expansão indígena sob as mais centrais e necessárias áreas da infraestrutura do estado.

Me coloco à vossa disposição para prestar quaisquer informações concernentes à esta solicitação bem como responder a outros eventuais questionamentos. Meus números de contato telefônico são:

Tim: [REDACTED]
Vivo: [REDACTED]
Vivo: [REDACTED]
Todos esses tem WhatsApp

Claro: [REDACTED]





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Marcon - PT/RS

Agradecerei pela vossa prestimosa atenção, e saberei reconhecer publicamente com muita precisão aqueles deputados que, comprometidos com os direitos e interesses do povo catarinense, se dedicarem para a instalação desta tão importante CPI.

Atenciosamente, Edward M. Luz. Antropólogo Consultor.

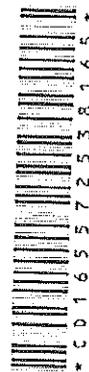
Brasília, 05 de Novembro de 2015.

À Assessoria Parlamentar do Exma Sra. Luciane Carminatti Dep. Estadual de Santa Catarina

SOLICITAÇÃO DE AUDIÊNCIA Eu, Edward M. Luz cidadão brasileiro, (RG 3615098-SSP-GO), Antropólogo Social, exconsultor da FUNAI/PNUD/PPTAL, atual consultor da Human Habitat Consultoria LTDA doutorando em ciências sociais pela Universidade de Brasília, tendo viagem e período de trabalho agendado na região metropolitana de Florianópolis na próxima semana, venho por meio desta solicitar audiência com V. Exa, para que havendo interesse da Deputada, possa nesta ocasião:

- 1) apresentar documentos de minha formação antropológica e qualificações acadêmicas, mediante Carta de Apresentação e Currículo Vitae e entrevistas concedidas às mais diversificadas revistas do Brasil.
- 2) relatar brevemente importantes e chocantes descobertas quando do meu período de atuação enquanto antropólogo consultor contratado pela Fundação de Amparo Tecnológico ao Meio Ambiente (FATMA), mediante a apresentação de Laudos e de diversas reportagens que revelaram toda uma série de fraudes, manipulações, artimanhas e articulações escusas entre ONGs indigenistas, a FUNAI e a UFSC,
- 3) apresentar material (textos, artigos e reportagens) que sustente e consolide minha sugestão e solicitação a instalação de necessária e obrigatória Comissão Parlamentar de Inquérito do Indigenismo no Estado de SC nesta respeitosa Assembleia Legislativa de Santa Catarina, como intuito de
 - a) investigar as ações fraudulentas, manipuladoras e questionáveis destas organizações e instituições envolvidas (ONGs, FUNAI e UFSC),
 - b) investigar a expansão fraudulenta, inadequada e condenável do movimento indígena no estado de Santa Catarina, avaliando também
 - c) os efeitos danosos e impactos deletérios desta expansão indígena sob as mais centrais e necessárias áreas da infraestrutura do estado. Entendo que a sugestão desta CPI do Indigenismo no Estado de SC, já é e ainda será cada vez mais, um tema da mais elevada, urgente e emergencial atenção por parte deste parlamento, motivo pelo qual aproveitarei esta ocasião para apresentar a mesma solicitação e empenhando-me em convencer da importância, pertinência e necessidade desta iniciativa parlamentar, tantos deputados estaduais quantos forem necessários para assegurar a necessidade de implantação desta CPI que precisa começar em breve. Sem mais no momento, conto com vosso inestimável apoio,

Atenciosamente, Edward M. Luz, Antropólogo Consultor. Human Habitat. Consultoria LTDA





Reproduzimos matéria publica pela Agência Pública sobre as posições e os trabalhos desenvolvido pelo depoente:

9/dez/2015, 12h15min
O antropólogo dos ruralistas
Por Étore Medeiros
Da Agência Pública

Desligado da Associação Brasileira de Antropologia em 2013, Edward Luz promete apresentar 32 denúncias à Comissão Parlamentar de Inquérito da Funai e do Incra

Entrevistava a deputada Érika Kokay (PT-DF) para uma matéria sobre a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Funai e do Incra enquanto percorríamos o caminho entre a ala das comissões e o plenário da Câmara dos Deputados. Notei uma figura barbuda que passou por nós com detida curiosidade. Concentrado, não dei muita atenção. Próximo ao Salão Verde, encerradas as perguntas, agradei à parlamentar e me dirigi ao Comitê de Imprensa. Fui então chamado por uma voz grave, que se elevou para me impedir de entrar no espaço reservado aos jornalistas. Virei e vi aquela mesma figura de barba espessa que nos observava.

- Você já ouviu o outro lado?, perguntou.

- Oi?

- Eu vi você entrevistando a deputada, que lhe falou sobre a bancada do Boi e da Bíblia. Você já ouviu o outro lado?, insistiu.

- Ouvi Nilson Leitão, Alceu Moreira, Tereza Cristina e Osmar Serraglio. Acho que o outro lado está bem representado, né? Mas quem é você?

- Edward Luz. Eu sou antropólogo.

Só aí saí da porta do Comitê, dei meia-volta e me dirigi à figura, intrigado.

- Eu sei quem você é, respondi.

Desligado da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) pelos posicionamentos radicais e contrários aos direitos dos povos indígenas, Edward Luz é bem conhecido entre as pessoas que acompanham os debates sobre a questão. O que aquela polêmica figura estaria fazendo na Câmara?

- Vamos procurar um local para bater um papo. A ala das comissões deve estar vazia, disse a ele.

Foi assim que entramos no plenário 1 do Anexo II da Câmara, onde ordinariamente se reúne a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) da Casa, para uma entrevista de cerca de uma hora. Ao final, como seguiríamos para a mesma direção, continuamos conversando informalmente. Já próximos à Chapelaria do Congresso Nacional - entrada comum à Câmara e ao Senado -, Luz se encontrou com um assessor do relator da CPI da Funai, o deputado Nilson Leitão (PSDB-MT), destino final da caminhada dele.

Mas, afinal, quem é Edward Luz? "Antropólogo lutando pelo resgate do projeto nacional da nação brasileira", diz a sua descrição no Twitter. No microblog, em





meio a muitos posts sobre a questão indígena, ele compartilha também manifestações de apoio aos grupos que acamparam no gramado em frente ao Congresso pedindo o impeachment da presidente Dilma Rousseff. "Vamos Juntos @MBLivre força nesta luta democrática por um projeto de país livre, porque esse projeto atual já faliu!", disse em um dos posts.

Desde muito antes de defender o impeachment, Luz se tornou conhecido em meio aos antropólogos brasileiros por outras militâncias. Primeiro, por não aceitar teses estabelecidas há décadas e de forma praticamente unânime no meio acadêmico que debate a questão indígena - e por sustentar outras rejeitadas praticamente com a mesma força. Segundo, por ser filho de um pastor evangélico de mesmo nome, proibido de voltar a promover missões evangelizadoras em meio aos índios Zo'é, na Amazônia, como contou o repórter Felipe Minalez na revista Rolling Stone em 2010 e 2011.

Luz se define como "principal depoente" da CPI da Funai e do Inca. Tanto que se recusou a aceitar os cinco minutos que lhe foram ofertados, na terça-feira (1º), quando, após outras três tomadas de depoimento, a comissão corria contra o tempo para evitar o choque de horário com a sessão do Congresso - que daria fim regimental aos trabalhos do dia. "Tenho 32 denúncias", disse, por telefone, quando liguei para confirmar que ele não falaria naquele dia.

Com as denúncias, ele promete acabar com a "boquinha" de ONGs que atuam junto aos indígenas e com a legitimidade da ABA, e também quer chamar atenção dos parlamentares para um complô internacional que sobrepõe interesses estrangeiros aos nacionais, financiando demarcações de terras indígenas. Algumas das bombas que Luz promete soltar já foram tornadas públicas por ele mesmo, como mostra o longo perfil publicado no blog Questão Indígena. O site, que deixou de ser atualizado no início do ano, ganhou notoriedade por acusar populações de se passarem por índios - como faz Luz - e por atacar demarcações de terras indígenas que envolvam disputas com agricultores.

Laudos contestatórios

"Sou antropólogo e consultor independente. Tenho uma empresa que presta consultoria antropológica para comunidade, empresas, municípios, prefeituras, cooperativas. Ou seja, para qualquer cidadão que sinta que seu direito à propriedade esteja sendo ofendido, diminuído ou até mesmo subtraído em um processo de demarcação de terra indígena", disse Luz, no início da nossa entrevista no plenário 1. "Não contesto qualquer demarcação, só aquelas onde entendo que está havendo um abuso, um exagero, ou onde, talvez, até mesmo uma possível fraude possa estar acontecendo."

Ele nega que produza laudos contestatórios. "Eu vou a campo e faço laudos, produzo, interpreto a realidade de acordo com os fatos que eu encontro. O fato de ele ser contestatório é um mero resultado dos fatos que encontrei em campo, e é uma contestação do fato de que alguém está mentindo", assevera. "Atuei em Morro dos Cavalos, em Santa Catarina [um dos casos que merecem a atenção da bancada ruralista na CPI]. Sobre Mato Preto [no Rio Grande do Sul, outro caso emblemático para aqueles parlamentares], eu tomei ciência, mas não fui eu que fiz a contestação - o que, aliás, já prova por si só que contestar não é uma implicância minha."





O antropólogo ressalta ser a favor da demarcação de terras para os índios desde que não afete os setores produtivos nacionais, os interesses nacionais e sobretudo a sociedade regional. Questionado se concorda com a versão final da PEC 215, que inclui o Congresso Nacional nos processos demarcatórios, Luz responde com um pensamento atribuído a Winston Churchill. "Você sabe o que ele falou sobre a democracia, né? É o pior de todos os sistemas de governo, excetuando-se todos os outros. A PEC 215 é mais ou menos isso. Não gostaria que ela fosse aprovada da forma como está sendo colocada, porque eu queria que esse debate acerca da formação de identidade e da proteção de terras indígenas não viesse maculado pelo nome de uma PEC ruralista, nem que fosse monopolizado pelos políticos. Defendo um debate cívico com toda a sociedade."

Luz diz que estreitou laços com deputados da bancada ruralista entre 2012 e 2013 por iniciativa própria e que, de certa forma, alguns deles incorporaram no debate do Congresso as teses por ele defendidas. "Na verdade, é praticamente isso. Não é bem um motivo de orgulho, mas eu me sinto satisfeito com o trabalho da minha assessoria parlamentar, individual, às vezes remunerada, outras não." Segundo ele, um dos primeiros a dar atenção às suas ideias foi o ex-deputado federal do DEM e atual vice-governador de Roraima, o arroteiro Paulo César Quartieiro, que se diz dono de 12 mil hectares de terra na TI Raposa do Sol.

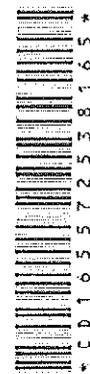
"Eu descobri que a Convenção 169 da OIT pode ser contestada a cada dez anos", diz. Ratificado pelo Brasil, o texto da Organização Internacional do Trabalho estabelece direitos como a consulta prévia aos povos indígenas em caso de empreendimentos que incidam sobre as suas terras. "Mande e-mail para mais de 50 deputados que achei que estariam mais ou menos interessados. O único que atendeu foi o Paulo César Quartieiro, que convocou uma audiência pública para debater o tema."

A partir daí teria começado o contato com outros parlamentares. "Comecei a conversar e percebi que há uma articulação: a esquerda etnicizou a luta de classes, como se todos os pobres do Brasil fossem agora convidados a ou serem indígenas ou quilombolas. Se os deputados da esquerda quiserem defender os direitos indígenas, eles que não utilizem esses direitos como pretexto para atacar a capacidade produtiva do país. Ao fazê-lo, eles dão carta na manga desses deputados que são identificados como ruralistas."

"Catequese etnogênica"

Autor de oito laudos para a Funai, dos quais três já se tornaram terras indígenas homologadas, ele acusa diversas instituições e ONGs indigenistas de inventar índios e até mesmo de receber dinheiro de outros países para promover a demarcação de terras no Brasil. "Nós estamos de olho. Se ninguém entendeu ainda o que isso quer dizer, é o seguinte: a legislação brasileira e o processo demarcatório de terras indígenas é obscuro o suficiente, é um campo pantanoso o suficiente para permitir a ingerência de outras nações no nosso território nacional."

E qual seria o interesse dessas nações? "A resposta honesta e correta é: eu não sei. Agora existem hipóteses, e elas fazem muito sentido. A desculpa que eles dão é proteção da fauna e flora amazônica, das árvores." Interrompo: "E das populações também?". "Não sei de qual população", responde. Luz explica então a sua teoria de que existe hoje no Brasil um processo de "catequese etnogênica", que ele descreve com um hipotético diálogo. "Eles chegam para um cara como você - que inclusive tem uns olhos





assim meio asiáticos – e falam, 'Vem cá, você é índio?'. E o figura: 'Não, eu não sou índio, eu sou caboclo da Amazônia'; 'Mas por que você não é índio? Você tem todo o jeito, tem a cara, tem o cabelo de índio'; 'Não, mas o meu avô veio do Ceará, eu não posso ser índio'; 'Não, você é índio, você que não sabe, é porque tem um sangue indígena no seu interior. E você sabe o que você ia ganhar? Você ia ganhar Bolsa Família pra ser índio, você ia ganhar saúde especial. Veja bem, seu filho vai poder entrar por cotas indígenas'; e o cara fala: 'Mas rapaz, sabe que é verdade? Eu vou passar a ser índio'. Eles estão criando terras indígenas dessa forma, na cara aberta."

Luz passou a ser um antropólogo contestador quando percebeu que boa parte dos antropólogos estaria envolvida ou calada diante desse tal processo de "etnogênese". "Comecei a oferecer os meus serviços quando percebi que havia motivos para a contestação, não porque havia um mercado de trabalho. E se os antropólogos estão nervosos com o meu trabalho, se eles querem me ver desempregado, eles que não mintam, eles que não forcem a realidade, que não chamem caboclos ribeirinhos de indígenas, porque aí eu não terei como contestar."

Questiono se a bancada ruralista também não angaria votos com o discurso contestatório das demarcações e incitando em alguns casos o ódio racial e a violência. Afinal, o discurso de Luz acaba se alinhando com o deles. "Sim. Se eu pudesse escolher, eu preferiria que isso não estivesse acontecendo. Mas o fato de a bancada ruralista se apropriar da minha fala, do meu trabalho, só mostra que infelizmente alguém está fazendo alguma coisa errada", responde.

Movimento isolado da antropologia

"Catequese etnogênica, essa é muito boa. Ora, quem faz catequese é missão – e quem aqui é de família de missionários que fazem todo o possível para agir em terras indígenas e recrutar adeptos para a doutrina cristã pentecostal? Isso é que é catequese", critica o antropólogo Spensy Pimentel. "O que muitos grupos indigenistas fazem é apoiar os índios na construção política da luta por seus direitos. Isso faz parte da democracia", completa o professor da Universidade Federal do Sul da Bahia.

Para ele, as ideias de Luz – presentes na boca de muitos dos ruralistas – sobre a transferência de índios paraguaios para o Brasil, por exemplo, são contraditórias e preconceituosas. "Por um lado, subestimam a inteligência dos indígenas, como se fossem manipulados pela vontade alheia; por outro, acusam-nos de matreiros, mentirosos." Autor da tese de Doutorado Elementos para uma teoria política kaiowá e guarani, defendida em 2012, Pimentel diz que, no Mato Grosso do Sul, por exemplo, algumas igrejas pentecostais têm sido acusadas pelos indígenas de praticar extorsão contra fiéis e de promover ódio contra a religião tradicional indígena. Ele lembra ainda que algumas instituições, como o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e o Centro de Trabalho Indigenista (CTI), têm sido perseguidas desde a ditadura militar, sem que jamais houvesse prova que sustentasse os discursos contra elas.

Pimentel destaca ainda que, do ponto de vista científico, são poucos os que defendem as teses apresentadas por Luz. "É um movimento isolado, que só tem alguma visibilidade por questões políticas. O debate acadêmico sobre essas questões da identidade étnica já gerou consenso há várias décadas. Na prática, o que nós temos é um debate político – até porque a identidade étnica é resultado de um embate político. Por sinal, foi no período da ditadura militar que o governo queria que os antropólogos





emitissem 'laudos' para reconhecer se uma comunidade era indígena ou não. A antropologia brasileira recusou esse papel e o fez a partir de um fundamento científico muito claro, que é resultado de todo um debate ocorrido nessa disciplina ao longo do século 20."

A identidade étnica é resultado da autodeclaração e de um reconhecimento da pessoa por uma comunidade. "Não é o antropólogo que poderá dizer se uma pessoa é um 'falso índio' ou um 'falso branco'. O problema é que o brasileiro não recebe uma educação que o capacite a entender esses temas. Assim, as pessoas seguem pensando que o que define o índio é o cocar ou a tanga que ele usa, quando a questão é muito mais profunda que isso – esses são apenas marcadores para uma diferença. E os marcadores mudam com o tempo: afinal, somos brasileiros que usamos calça jeans e tênis americanos, mascamos chiclete, ouvimos música estrangeira – deixamos de ser brasileiros por isso?", pondera Pimentel.

Ele explica que cabe ao antropólogo a tradução para a sociedade não indígena dos motivos e das justificativas que embasam a demanda de um grupo indígena por um território ou por outros direitos. "E repare que os próprios índios já estão preparando pessoas para que possam também assumir esse papel. Em breve, até mesmo os antropólogos brancos serão intermediários desnecessários nesse processo", comenta.

Na contramão do que diz Pimentel, Luz vê uma "doença" que se apropriou das causas dos índios – o indigenismo. "Há um conjunto de propostas e iniciativas, há uma agenda política que não parte dos indígenas, mas do indigenismo e de quem comanda os indígenas. Muita coisa é feita em nome deles, como se fossem eles os beneficiários finais, quando na verdade não são", alega, apontando o caso da Raposa Serra do Sol, em Roraima – exemplo muito utilizado pelos ruralistas, que alegam estarem os índios morrendo de fome após a retirada de agricultores de seus territórios. "Os indígenas tinham emprego. Claro, não era o melhor dos empregos, eles plantavam arroz. Mas eles tinham interesse na permanência dos agricultores ali."

Direitos originários e marco temporal

Chama atenção a coincidência de algumas de suas ideias com a dos ruralistas, especialmente em dois pontos que são centrais nas discussões sobre terras indígenas e a PEC 215: os direitos originários e o marco temporal de 1988. "Não deveria haver direitos originários no Brasil", diz, sobre o conceito consolidado na Constituição. "Essa foi uma interpretação preconceituosa, portanto errônea, acerca dos indígenas que aqui estavam. Ao chegarem aqui, os portugueses relataram aos reis que havia habitantes e se supôs que eram originários. A esquerda de hoje nem é tão culpada assim, ela só se apropriou de um preconceito que já estava estabelecido. A raiz etimológica da palavra indígena é de 'endógena', de alguém que nasceu naquele local. Ninguém que habite as Américas é indígena daqui", analisa. Questiono o argumento e pergunto se não é exagerado levar a discussão para 10 mil anos atrás. "Onze mil e quinhentos anos, aproximadamente. São colonos asiáticos que vieram migrando, assim como os nossos avós vieram. Mas tá, eles chegaram aqui há mais de 11 mil anos. Como alguém já me disse, é um ótimo usucapião – mas também são migrantes", explica.

Luz segue o raciocínio e critica a Convenção 169 da OIT. "Ela não é de todo ruim, mas tem alguns problemas complicados, como a autodeclaração da identidade sendo entendida como válida para a legitimação de uma coletividade. Ela pode ser válida





para a legitimação do seu ser. Vamos dizer que você queira se dizer japonês”, prossegue, atento aos meus olhos puxados. “Tem alguma coisa do Japão que você gostou muito, você até se sente uma reencarnação de um samurai japonês. Tudo bem, cada um com a sua loucura. Mas daí pro Japão reconhecer os seus direitos como cidadão japonês é outra coisa. Você tem que obedecer a determinados critérios, e a nossa Constituição tem critérios, e um deles é estar na terra em 5 de outubro de 1988.”

A data da promulgação da Constituição como marco temporal foi utilizada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no caso da Raposa Serra do Sol – julgamento sem efeito vinculante, como definiu a Corte, mas cujas premissas foram incorporadas no texto da PEC 215. A interpretação literal do artigo 231 – no qual estão reconhecidos os direitos originários dos índios sobre as terras que tradicionalmente “ocupam” – tem levado a um processo de contestação de demarcações de terras nas quais não havia presença indígena comprovada em 5 de outubro de 1988.

“Faz sentido estabelecer essa data, mesmo sabendo que essa época marcou o final de um período ditatorial de muita perseguição, de um genocídio contra os povos indígenas?”, questiono, lembrando que a Comissão Nacional da Verdade encontrou fortes evidências da morte de cerca de 8 mil índios no período militar. “Então que outro momento nós deveríamos reconhecer, ou porque não estabelecer como marco temporal 14 mil anos atrás, por exemplo? Eu posso concordar que 1988 talvez não seja o melhor momento, mas há uma Carta que rege esse país, que é a Carta de 1988”, responde Luz. “Se a gente não tem um marco temporal, ou se ele for 1600, 1500, o país acabou”, completou, mais uma vez no exato tom utilizado pelos ruralistas. Só faltou dizer que a ausência de um marco temporal levaria à devolução de Copacabana aos índios – uma das frases feitas mais ouvidas nas discussões sobre os direitos indígenas na Câmara.

O que diz a Constituição

Segundo Christian Teófilo, professor do Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas (Ceppac) da Universidade de Brasília (UNB), a tese do marco veio à tona, em parte, devido à ênfase dada, durante muito tempo, à imemorialidade como legitimadora de direitos. “Antes de 1988, a Funai promovia a delimitação de áreas e a demarcação apoiada em estudos documentais, etno-históricos, fundiários, tentando assegurar que a localização de um povo numa região seria fundamentada em uma antiguidade. Com a Constituição, esse não é mais o fato originador do direito.” Segundo Teófilo, a Carta Magna – que não fala em imemorialidade, mas em tradicionalidade – estabeleceu o entendimento de que não é necessária a comprovação da antiguidade na terra para legitimar o direito dos povos à sua ocupação. “A Constituição entendeu que muitas das terras que os índios ocupam são resultado de expulsões, fugas; eles foram obrigados a ir para alguns locais.”

Teófilo compara a adoção de um marco temporal à Lei de Anistia, promulgada pela ditadura militar em 1979. “Você apaga todos os crimes e violações históricas de direitos em nome de um apaziguamento, na letra da lei, dos conflitos e das contradições que a sociedade engendrou. É uma tentativa de botar um limite numa conflitualidade que, no fundo, tem responsáveis.”

Membro da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), Teófilo acredita que as ideias de Edward Luz “caíram como uma luva” para a bancada ruralista. “A tentativa de colocar essas teses num contexto judicializado como é uma CPI tem por intenção





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Marcon - PT/RS

simplesmente retirar a argumentação científica do modelo demarcatório, mas também da antropologia - retirar a sua autoridade explicativa e metodológica. O que se quer é ventilar falsas suspeitas, calúnias e teorias conspiratórias, tudo com o intuito de menosprezar a disciplina enquanto fundamental para a operacionalização de direitos socioculturais no país. É uma coisa inédita, atacar uma disciplina científica por conta de interesses políticos e econômicos de determinados parlamentares."

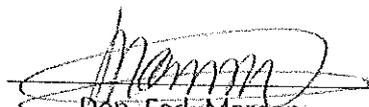
O professor do Ceppac critica ainda a tentativa de criminalizar o trabalho de ONGs e instituições que atuam pela efetivação dos direitos indígenas. "Há uma inversão e um desconhecimento histórico proposital de atribuir o protagonismo político de indígenas a agentes externos. A ideia de 'catequese etnogênica' é uma falsa tese elaborada por interesses que visam a esvaziar o protagonismo indígena."

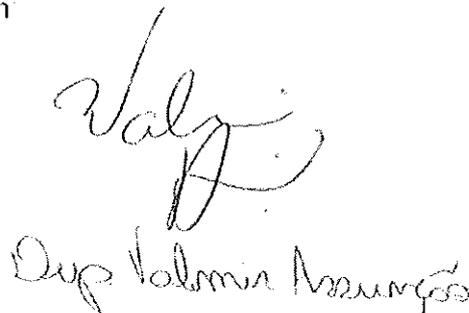
Esta CPI, seguindo as palavras do Deputado Alceu Moreira "quem não deve não teme. Qual é o problema de quebrar o sigilo bancário se está tudo direitinho? Por que não pode quebrar?" em reunião realizada no dia 25 de outubro de 2016, no Plenário 12 desta Casa, sendo necessária a requisição da transferência das informações acima solicitadas, poderá aplicar o mesmo critério a todos os pedidos com esta natureza.

Ainda nesta reunião, o Deputado Valdir Colatto, corajosamente diz "vamos mostrar ao Brasil, coisas que o Brasil não conhece do mundo rural", o que revela sua disposição em mostrar a sociedade brasileira, que os fazendeiros se armam para defender suas terras contra os povos indígenas. Esperamos que a sociedade brasileira avalie se esta atitude é benéfica para a imagem do país e como forma de solucionar conflitos fundiários, que se estendem por décadas em várias regiões do país.

Solicitamos o apoio dos pares para a aprovação deste requerimento para compreendermos quais os reais interesses do Sr. Edward Luz na suas atividades e ações, principalmente para sabermos quem o contrata e como ele é pago.

Sala das Comissões, em de novembro de 2016.


Dep. Fed. Marcon
PT - RS


Dep. Valdir Assunção



